



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 145 - TERÇA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG</p>

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</p> <p>LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p>LÍDER Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 137ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE AGOSTO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Justificação a projeto de lei de autoria de S. Ex^a que, cria no âmbito do Ministério da Educação, a Escola Técnica de Construção Naval, no Município de Cruzeiro do Sul, no Acre..... 27254

SENADOR ALVARO DIAS – Destaca reivindicações da classe empresarial do Estado do Paraná. 27256

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Reflexões sobre matéria intitulada “Será o fim do populismo?” de autoria do jornalista Mino Carta, publicada na Revista **Carta Capital**, edição de 12 a 18 agosto do corrente..... 27256

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Críticas à proposta do Presidente Lula de realização de assembléia constituinte. 27259

SENADOR SIBÁ MACHADO – Considerações sobre a perspectiva de independência completa do Brasil até o ano de 2022, bicentenário da Independência, a partir do desenvolvimento de políticas governamentais destinadas à melhoria na distribuição de renda e ao reajuste do salário-mínimo. 27262

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 926, de 2006, de autoria do Senador Paulo Octávio e outros Srs. Senadores, solicitando que a Hora do Expediente da Sessão do dia 29 do corrente, seja destinada a comemorar o Dia do Corretor de Imóveis. **Deferido.** 27267

1.2.3 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Apresentação de voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Moacyr Dalla, ocorrido ontem. 27268

SENADOR AELTON FREITAS – Destaque para avanços do Brasil em tecnologia de reprodução bovina. 27268

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 927, de 2006, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador

e ex-Presidente do Senado Federal, Moacyr Dalla, ocorrido no Estado do Espírito Santo. **Aprovado..** 27270

1.2.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “Oposição quer que Okamoto vá ao Senado se explicar”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 16 de agosto do corrente.. 27270

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada “Dinheiro a conta-gotas”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 16 de agosto do corrente..... 27272

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Homenagem pelo Dia do Maçom..... 27274

1.3 – ENCERRAMENTO

2 AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 21/08/2006

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.702 a 1.714, de 2006. 27275

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 137ª Sessão Não Deliberativa, em 21 de Agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Geraldo Mesquita Júnior,
Heráclito Fortes e Roberto Saturnino*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

V. Exª dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prezado amigo Senador Alvaro Dias, há pouco tempo anunciei nesta tribuna o propósito de protocolar, no Senado Federal, um projeto de lei – autorizativo, logicamente – que cria no meu Estado uma Escola Técnica de Construção Naval. De lá para cá, juntamente com minha Assessoria, colhemos substanciais informações para subsidiar o projeto e para avolumar a justificativa apresentada. Hoje, tenho o prazer de anunciar que estou pronto para protocolar o referido projeto.

O texto do projeto é muito simples. Em seu art. 1º, ele autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito do Ministério da Educação, a Escola Técnica Federal de Construção Naval – desta feita, no Município de Cruzeiro do Sul, segundo Município do meu Estado, situado às margens do rio Juruá, que permite navegação durante praticamente todo o ano. Tempos atrás, eu já havia proposto, nesta Casa, a instalação de uma Escola Agrotécnica Federal – desta feita, localizada em Rio Branco. Portanto, o atual projeto prevê a instalação da Escola Técnica de Construção Naval no Município de Cruzeiro do Sul, no meu Estado, estando o Poder Executivo autorizado também a criar os respectivos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento. O parágrafo único desse artigo diz que “a Escola a ser criada nos termos desta lei incluirá, em sua estrutura, o Estaleiro-escola destinado às práticas

indispensáveis à formação dos técnicos em construção naval de natureza artesanal”.

Diz o art. 2º que “a Escola Técnica Federal de Cruzeiro do Sul oferecerá cursos de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada de trabalhadores, com o objetivo de atender às necessidades regionais de construção naval artesanal e de transporte fluvial indispensáveis ao desenvolvimento da região”.

O art. 3º estabelece que “a instalação da Escola a ser instituída em decorrência desta lei dependerá da prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento”.

Por fim, o art. 4º, tradicional na legislação, estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Passo a ler a justificativa.

A economia da Amazônia depende, direta e efetivamente, da utilização racional de sua bacia hidrográfica, a maior do Planeta e um dos maiores patrimônios naturais do País. O que é um truísmo em relação a todos os Estados da região é, de forma incontestável, mais verdadeiro ainda em relação ao Estado do Acre. Lamentavelmente, o caráter imediatista e de improvisação que tem caracterizado a ocupação e a exploração dos recursos naturais do território nacional nunca levou em consideração os fatores geográficos e humanos daquela região, de forma a tornar seu aproveitamento não predatório e compatível com os seus ecossistemas, imperativo de que depende a sobrevivência humana em nossa imensa diversidade territorial e biológica.

Os rios formam o curso natural das vias de penetração que viabilizaram a ocupação e a exploração da vastidão amazônica. Essa realidade, em relação ao antigo território federal, pode ser claramente constatada no Mapa I em anexo, em que se evidencia ter a ocupação do Acre, antes mesmo de sua incorporação ao Brasil, se processado ao longo dos rios tributários do Amazonas que continuam exercendo papel vital no aproveitamento dos recursos naturais que sustentam a vida econômica do Estado.

Em que pese ser o regime natural das águas da região condicionante essencial de sua navegabilidade, é fora de dúvida que a acessibilidade às cidades que se distribuem à margem dos rios que cortam o Estado em sentido longitudinal tem que ser, necessariamente, complementada pela malha rodoviária ainda incipiente, que também exerce papel essencial no aproveitamento de nossos recursos econômicos.

O Mapa II, também em anexo, mostra a distribuição humana e a potencialidade do uso intensivo das vias fluviais, que permitem diferentes opções de navegabilidade durante todo o ano, por embarcações de tonelagem em pelo menos três diferentes capacidades: até 1,5 tonelada de deslocamento; de 1,5 a 5 toneladas e acima de 5 toneladas, até 10 toneladas.

Não é difícil concluir que, à semelhança do que ocorre com os demais Estados amazônicos, também no Acre a rede produtiva e a vida sociocultural dependem, em grande parte, do transporte fluvial, em razão do que as populações ribeirinhas dominam e exercitam um histórico e tradicional conhecimento da construção artesanal de embarcações de transporte e de pesca essenciais à sua sobrevivência.

Esse conhecimento, que pode e deve ser aproveitado e desenvolvido em benefício da ocupação racional do nosso território, requer o emprego de técnicas racionais de construção de embarcações fluviais de caráter artesanal e semi-industrial indispensável ao abastecimento regional e local, aproveitando-se a capilaridade de nossa rede fluvial.

Esse objetivo poderá ser racionalmente atingido com a construção da obra proposta de criação de uma Escola Técnica Federal de Construção Naval – no Município de Cruzeiro do Sul –, que deve ser complementada com um estaleiro-escola que a integre.

A iniciativa é tão mais necessária e urgente quando se consultam os dados disponíveis no sítio do Ministério da Educação, disponível na Internet, relativo à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, que informa haver, no País, nada menos de 139 instituições federais dessa natureza. São nada menos que 71 Centros Federais, 37 Escolas Agrotécnicas Federais, 30 Escolas Técnicas vinculadas às universidades e uma Escola Técnica Federal.

No sumário do programa “Criação de Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais”, lê-se, textualmente: “Decorridos 95 anos da criação das primeiras instituições federais de educação profissional, não existe, até hoje, nenhuma instituição federal de educação tecnológica nos Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso e no Distrito Federal”.

Essa realidade pode ser visualizada no anexo Mapa III. Segundo se esclarece nessa mesma fon-

te, em cada um dos Estados do Acre e do Amapá, na Região Norte, está prevista a criação de uma Escola Técnica Federal, assinalando-se, em relação à primeira, o seguinte: “Tomando-se por referência os estudos promovidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, verificamos que os indicadores educacionais do Estado do Acre são alarmantes (são dados citados pelo Ministério da Educação e colhidos junto ao IPEA): a taxa de analfabetismo gravita em torno dos 35%; entre as pessoas com mais de 25 anos, 48% não completou a 4ª série do ensino fundamental e 70% possui menos de 8 anos de estudo; apenas 1% da população tem acesso a cursos de formação profissional de nível básico ou técnico, sendo que o Estado possui apenas 2 escolas de ensino profissionalizante, ambas na área de saúde”. Logicamente, são estabelecimentos públicos.

A propósito, convém deixar consignado que o Senado já aprovou proposição autorizando o Executivo a criar essa Escola Agrotécnica Federal de Rio Branco, que atualmente tramita na Câmara como Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2005. A presente proposta, contudo, vem apenas complementar a anterior, que já consta dos planos do Ministério da Educação, pois tem o objetivo específico de preservar e desenvolver o conhecimento local em matéria de construção naval artesanal como instrumento para propiciar meios adequados para qualificar, técnica e cientificamente, a produção familiar tradicional. Trata-se de matéria de enorme relevância econômica e social e de inquestionável importância para o desenvolvimento das potencialidades locais, de forma não predatória, com aproveitamento dos recursos naturais disponíveis na região, que, seguramente, beneficiarão não apenas o Acre, mas toda a área de influência da bacia do rio Juruá.

A síntese dos indicadores socioeconômicos do Estado que faço anexar, juntamente com os dados relativos à estrutura industrial acreana do setor de serviços e um breve panorama da agropecuária, além das conclusões que podem ser encontradas no sítio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Acre do MEC, servem para fundamentar a imprescindibilidade da Escola Técnica de Construção Naval e do Estaleiro-escola previsto neste projeto.

Estive, recentemente, Senador Alvaro Dias, no Município de Cruzeiro do Sul e tive o privilégio e a oportunidade de me reunir com dezenas de pequenos empresários, marceneiros, numa reunião que se realizou nas dependências das instalações fabris do Sr. Hélio, e tivemos oportunidade de discutir a questão daquele segmento tão importante da economia, segmento que floresce e se desenvolve naquela região.

A idéia da instalação dessa Escola Técnica de Construção Naval em Cruzeiro do Sul, Município situado às margens do rio Juruá, transcende as próprias vicissitudes e necessidades do Estado do Acre. Cruzeiro do Sul pode tornar-se um centro fabricante de pequenas, médias e grandes embarcações não só para prover as necessidades do nosso Estado, da região do Juruá e de outras regiões, como de todos os outros Estados e Países limítrofes que integram a Bacia Amazônica. Podemos ser um pólo exportador de embarcações, o que representará, certamente, geração de oportunidades, geração de empregos, incremento no desenvolvimento econômico e social daquela grande região do Juruá. Cruzeiro do Sul é o maior e mais importante Município de toda aquela região.

Portanto, Senador Alvaro Dias, tenho o prazer de anunciar mais uma iniciativa que, se for aproveitada pelo Poder Executivo, pode resultar em algo que o povo acreano anseia, ou seja, abertura de mercado de trabalho, abertura de mercado, instalação de empreendimentos para aquele povo sofrido, trabalhador, que sonha com a integração com o restante do Estado. Durante grande parte do ano, o acesso a Cruzeiro do Sul e ao Vale do Juruá se faz tão-somente por via aérea. Há acesso também pelo rio Juruá, pela via do Amazonas.

Acredito que, instalada essa escola, teremos a oportunidade de formar centenas, talvez milhares de jovens que terão – quero crer – oportunidade de colocar o pé no mercado de trabalho, numa atividade rentável e produtiva. Isso trará como resultado renda para centenas, milhares de famílias acreanas. Isso trará como resultado concreto a instalação de mais uma atividade ou a revitalização de uma atividade que já teve tempos mais prósperos em nosso Estado, qual seja a construção de embarcações.

Portanto, está aqui mais uma iniciativa para a qual espero ter a acolhida e o apoio dos meus Pares nesta Casa – após isso, na Câmara dos Deputados –, para oferecermos ao Poder Executivo instrumento que garanta o crescimento econômico do Estado do Acre, que garanta a percepção de renda por uma faixa grande da população, e renda com dignidade, porque resultante do esforço do próprio trabalho. É isto que o acreano quer, é isto que o brasileiro quer e precisa: oportunidade, crescimento econômico com distribuição de riqueza, para que eles mesmo possam prover as suas necessidades.

Hoje protocolo com muito prazer o projeto e, como disse, torço e espero que possamos colher a aprovação desta Casa e, posteriormente, da Câmara dos Deputados.

Senador Alvaro Dias, era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Convido o Senador Geraldo Mesquita Júnior para assumir a Presidência.

O Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Tenho o prazer de conceder a palavra ao eminente Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 21 DE AGOSTO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho aqui em mão o número da **CartaCapital** deste fim de semana, publicação que não deixo de ler semanalmente, pois, em meu juízo, é o melhor órgão da nossa imprensa.

Nesta edição, há uma matéria editorial feita pelo jornalista Mino Carta, essa grande figura que dirige a revista, sob o título “Será o fim do populismo?”.

Sr. Presidente, é um tema que merece um exame detalhado, uma meditação mais profunda e um debate mais acurado nesta Casa.

Freqüentemente, recorre-se a essa expressão para atacar um governante aqui, um governante ali.

Mas diz Mino Carta, na sua matéria:

Como sustenta há tempo Wálter Fanganelli Maierovitch, e nesta edição Luiz Gonzaga Belluzzo reitera, o PCC [que está tão falado atualmente] nada tem de político, seus líderes gostariam de comprar roupas na Daslu e carrões importados nos castelos de vidro que ladeiam a avenida Europa, em São Paulo. Não esperem que dele ecloda a revolução dos *sans-culottes*.

Sr. Presidente, realmente o PCC, essa organização, quis apresentar-se com uma fachada ideológica que não convenceu ninguém, mas deu ensejo a alguns comentários, felizmente logo sepultados, porque o banditismo não tem nada a ver com ideologia

nem com política. Atrás dessa fachada ideológica que o PCC tentou adquirir, em vão, porque, como disse, não convenceu ninguém, há todo um período grande de opressão, exatamente aos encarcerados que não seguem a liderança dessa entidade.

Continua Mino Carta:

Por causa disso, inclusive, trata-se de fenômeno único na história do mundo. O Brasil inova. E o PCC é altamente representativo desta nossa Idade Média forçada à contemporaneidade com o celular e o deus mercado.

Quer dizer, a Idade Média brasileira forçada a adquirir essa feição de contemporaneidade com o celular, esse distintivo da modernidade, e o deus mercado, outro distintivo da modernidade. Muito bem feita essa matéria, esse editorial de Mino Carta.

A despeito do avanço tecnológico e do progresso científico, o homem do terceiro milênio vive uma época de violência inaudita e prepotência sem conta [no mundo todo, obviamente] “intelectualmente obtusa e moralmente cavernícola.”

Muita sabedoria em tudo isso que diz Mino Carta. Vivemos essa modernidade que é tão vendida por meio do mercado no mundo todo. No fundo é, como ele diz, intelectualmente obtusa e moralmente cavernícola.

Admitamos, contudo, que o Brasil bate recordes. Nessa marcha a ré galopante somos imbatíveis.

E continua desenvolvendo o seu raciocínio o jornalista Mino Carta. Mais adiante diz:

Sem entrar agora na análise desempenhado pelo governo desde 1º de janeiro de 2003 [quer dizer, sem entrar na análise do Governo Lula] permito-me registrar um mérito de Lula presidente, a brotar da sua simples presença.

Quer dizer, um mérito que brota da simples presença de Lula na Chefia do Poder brasileiro, como trabalhador que é.

As pesquisas de opinião [continua Mino Carta] são eloqüentes: o apoio à reeleição vem maciçamente das classes ditas menos favorecidas [e ponha menos]. As quais tendem a se identificar com o ex-retirante ex-metalúrgico. Nenhum espanto, é óbvio, assim como não deveria haver se Lula, na sua campanha, mirar nelas em primeiro lugar.

O ex-Presidente Fernando Henrique enxerga nisso um recurso demagógico, mas a tese não convence. Demagógico foi, na acepção correta, o populismo

à brasileira, com sobrevida indiscutível até Fernando Collor e o próprio FHC, autor do maior engodo eleitoral da história nativa na reeleição de 1998.

O populismo é necessariamente hipócrita, chafurda na ignorância e teve intérpretes excelentes”, aqui no Brasil. Isso é importante. O populismo é hipócrita na medida em que tem conhecimento de que toma ações de curto prazo para agradar imediatamente a uma massa da população, sabendo que, a longo prazo, aquelas medidas serão prejudiciais a essa mesma classe.

O que caracteriza o populismo é o imediatismo político-eleitoreiro e não a preferência, o atendimento ou a prioridade para as classes mais necessitadas, que merecem essa prioridade exatamente porque são as classes mais carentes.

Esta matéria de Mino Carta é muito importante para que se esclareça que praticar políticas voltadas para o atendimento das necessidades principais da camada mais carente não é populismo, mas prática de justiça social, projeto de governo, projeto político, modelo de desenvolvimento, mudança de modelo de desenvolvimento que, até então, sempre foi voltado para as elites brancas, como diz o Governador Cláudio Lembo.

Como em outros países da América do Sul, o que há de mais freqüente na imprensa é a classificação de Hugo Chávez e Evo Morales como populistas. O termo é empregado, obviamente, com uma conotação depreciativa. Aliás, o termo tem essa conotação depreciativa, mas ambos desenvolvem – pelo menos Hugo Chávez, que já está no poder há bastante tempo – um programa de alcance social muito amplo e profundo que não pode ser negado nem contestado.

Aliás, esta mesma edição da **CartaCapital** tem uma grande matéria sobre a revolução do petróleo, o sonho bolivariano, o retrato da política de Hugo Chávez que não aparece em outros órgãos da nossa imprensa porque o objetivo é sempre depreciá-lo e mostrá-lo como falso líder, um líder populista que só quer aparecer e ocupar espaço na América do Sul.

Ele tem condições muito boas e fortes de desenvolver esses programas por causa do preço do petróleo e da condição de grande exportador de petróleo venezuelano. Porém, essa história do petróleo da Venezuela é muito antiga, e, nunca, presidente algum cuidou de desenvolver programas sociais explícita e prioritariamente voltados para as camadas mais necessitadas da população venezuelana. Hugo Chávez está fazendo isso. E Evo Morales começa a fazer, na medida em que tomou posse na presidência há pouco tempo. Houve conflitos com o Brasil – o que é natural porque o Brasil tinha investimentos grandes lá –, que estão sendo negociados, mas a figura de Evo Morales

como Presidente verdadeiro e autêntico da maioria da população venezuelana é incontestável.

Sr. Presidente, está no circuito comercial dos cinemas do Rio de Janeiro – não sei se está em Brasília e em outras capitais – um filme extremamente interessante: “Bolívia: História de uma Crise”*. Trata-se de um documentário sobre a campanha do ex-Presidente deposto Sánchez de Lozada, a qual acabou vitoriosa. Ele venceu as eleições e, um ano e pouco depois, estava deposto, porque não tinha condições; era um candidato mais norte-americano do que boliviano. O seu próprio falar mostra isso; ele fala o espanhol com sotaque e o inglês como um americano. Ele foi educado desde criança nos Estados Unidos e quis ser e foi Presidente da Venezuela. Contratou, parece-me, a maior empresa de consultoria política americana; o quartel general da sua campanha falava inglês, o candidato e os consultores falavam inglês. Uma demonstração de alienação completa em relação à realidade daquele país, Bolívia, e do povo boliviano. Essa é história da Bolívia; culminou com Sánchez de Lozada, que já havia antes sido presidente. Quer dizer, uma história de espoliação: primeiro, da prata, a maior jazida do mundo, Potosí, que se acabou; depois o estanho, o Sr. Simon Patiño, o rei do estanho boliviano, morava em Londres, não queria saber de Bolívia, mas ganhou rios de dinheiro e esgotou o estanho. A Bolívia só fez perder terras, perder território; era um país que tinha o sentimento da espoliação e agora, percebendo que se não tomasse medidas drásticas iria perder a sua última oportunidade, a sua última riqueza, o gás, resolveu nacionalizá-lo. Foi uma exigência, houve um plebiscito. E esse filme mostra o que foi essa campanha do gás.

Então, classificar de populistas esses líderes é uma forma apressada, falsa e propositada de querer diminuir as suas figuras e torná-las, enfim, condenáveis sob o ponto de vista de uma política amadurecida.

Relativamente ao Sr. Evo Morales, evidentemente, é difícil fazer comentários porque ainda está no início do governo, mas o Sr. Hugo Chávez tem todo um programa já desenvolvido que não é sequer mencionado no noticiário da nossa mídia.

Sr. Presidente, vou um pouco adiante nesta leitura da edição da **CartaCapital**, falando exatamente sobre este problema social que o Brasil vive hoje e o enraizamento do banditismo e da criminalidade nesse caldo de cultura. Não é que a criminalidade seja fruto da pobreza. Isso tem sido muito discutido aqui. A criminalidade não é fruto da pobreza mas cresce no caldo da injustiça, da distribuição desigual, da concentração de renda, da injustiça estrutural. Nesse caldo de cultura, cresce, evidentemente, a descrença total, a quebra dos valores morais, o banditismo e a criminalidade.

Páginas adiante há um artigo excelente de Luiz Gonzaga Belluzzo, um dos grandes economistas deste País, uma das grandes figuras do Brasil de hoje que, exatamente comentando este assunto, diz:

Nas áreas de exclusão social o crime organizado prospera como modo de sobrevivência dos mais fracos e modo de enriquecimento dos mais ‘aptos’.

Adiante diz:

O mercado supera a política dentro e fora da cadeia. Isso demonstra que a criminalidade não tem origem na pobreza. Tem origem na riqueza, sobretudo na riqueza que se forma nos mercados subterrâneos e só vem à luz nos paraísos fiscais, onde se confraterniza com a finança globalizada e concentrada.

Aí está, Sr. Presidente, a criminalidade não tem origem na pobreza; tem origem na riqueza, nessa riqueza ilícita, subterrânea, fraudulenta, que prospera sob a luz das regras de mercado, sob a égide das regras de mercado, especialmente naqueles paraísos fiscais, isto é, naquelas economias que não têm regra nenhuma, que são inteiramente desregulamentadas, onde tudo é permitido. Os nossos neoliberais querem isso. O Brasil estava ficando cada vez menos regulamentado até que, a partir de 2003, essa tendência se inverteu – graças a Deus para os brasileiros.

Diz adiante Gonzaga Belluzzo:

O crescimento de 300% em dez anos da população carcerária do Estado de São Paulo e o avanço da criminalidade parecem não dizer nada às classes supostamente ‘esclarecidas’ [essa elite branca do Governador Cláudio Lembo] além de ensejar a conclusão, no espírito da dialética do ilusionismo, de que, à exceção do empilhamento de cadáveres, a vida dos sobreviventes melhorou muito.

Quer dizer, a prática desse tipo de economia que levou à concentração de renda, à injustiça estrutural aprofundada e que levou também a essa explosão de criminalidade, com o crescimento de mais de 300% na população carcerária – não há mais cárcere neste País que dê conta de tanto preso – parece que não diz nada à nossa elite, principalmente a essa elite da Daslu, a essa elite que se concentra no principal foco de economia neoliberal do País, que é a cidade, o Estado de São Paulo, infelizmente.

Sr. Presidente, essas matérias, essas advertências, essas meditações transcritas aqui...

Diz Belluzzo mais adiante:

A segurança pública está contingenciada pelo superávit primário, mas a grana do orçamento do orçamento [a grana grossa] escorre célere para os bolsos das 20 mil famílias rentistas que protegem sua existência e seu patrimônio com as horas extras de policiais mal remunerados.

Sr. Presidente, o orçamento se contingencia, por um lado, para não confrontar, não afrontar o mercado e, por outro lado, os juros elevados levam para os bolsos dessas 20 mil famílias de rentistas uma fortuna incalculável, com a qual elas pagam toda a sua proteção, suas blindagens e nem com isso conseguem se colocar a salvo do crescimento da criminalidade, que assusta o nosso País.

Sr. Presidente, são palavras que merecem muita atenção, como toda essa publicação merece, porque trazem à luz essas questões de uma forma não usual no resto de nossa imprensa, com poucas exceções aqui e ali – não quero generalizar. Quero ressaltar que estamos vivendo um período crucial, e o povo brasileiro, ao que parece – voltarei a esse assunto oportunamente –, está tomando consciência dessa questão estrutural que é a da falta de justiça social, da má distribuição de renda, a mais importante no País hoje e que, se não for resolvida, não vai permitir que o desenvolvimento brasileiro chegue a bom termo e satisfaça os anseios, as aspirações, os projetos, os sonhos da nossa população.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria hoje trazer a esta tribuna.

Agradeço a atenção de V. Ex^a e a de todos.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)
– A Mesa solicita a V. Ex^a que assuma a Presidência para que possamos dar continuidade aos trabalhos.

O Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, lamentavelmente, estamos aqui cumprindo com os nossos deveres para com o Senado, embora se compreenda a

ausência de Senadores que estão envolvidos nessa campanha como candidatos ou à reeleição ou a mandatos de Governador ou de Presidente da República pelo Brasil afora.

Senador Roberto Saturnino, a presença de V. Ex^a neste plenário, é a segurança de que sempre se tem um debate atual e de bom nível. V. Ex^a aborda um tema que tem de ser motivo de nossas permanentes preocupações. É evidente que o termo “populismo” muitas vezes é mal interpretado. Existem os populistas que, por vocação, são democratas mas o que assusta é que em nossa vizinhança nós passamos a ter uma série de pseudo-líderes que enveredam pelo caminho do populismo mas que são tiranos agressivos. É o caso da Venezuela, país que nada em dinheiro, em virtude de circunstância internacional que lhe favorece, tendo em vista o preço do petróleo, dando sinais de generosidade para com outros países, mas deixando seu próprio povo passar fome, e os indicadores sociais não têm nenhum sinal positivo de melhoria.

O que nos preocupa no populismo do Sr. Evo Morales, por exemplo, é a falta de respeito para com o Brasil. O Presidente do maior país do continente deu um crédito de confiança ao Sr. Evo Morales e pediu ao povo brasileiro e ao povo sul-americano que prestasse atenção no recém-eleito e ainda não empossado Presidente da Bolívia, que iria, segundo o Presidente Lula, trazer grandes novidades como administrador. E as novidades trazidas foram exatamente desapontadoras para com o Brasil. Todos se lembram do modo como rompeu um contrato multilateral para abastecimento de gás, assim como da maneira truculenta como invadiu uma propriedade brasileira – no caso, a Petrobras – e forçou a saída de outra empresa que se instalava na Bolívia, produto de um acordo que estava em pleno curso. Daí por que nós temos uma preocupação muito grande quando o Presidente Lula anunciou que o fim de todos os males brasileiros seria a criação de uma Assembléia Constituinte, e o fez de maneira que deixou, num primeiro momento, a impressão de que atendia a uma reivindicação, a uma sugestão da Ordem dos Advogados do Brasil. Foi preciso que aquela centenária associação de advogados nacionais desmentisse, para que víssemos que a intenção do atual Presidente da República era seguir os passos de Hugo Chávez e Evo Morales.

Onde no mundo, hoje, vive-se um momento de transformação constitucional? Onde no mundo estamos vivendo uma assembléia constituinte, a não ser na Venezuela e na Bolívia, que não são os melhores exemplos para se seguir no momento, até porque são dois países que estão na contramão da história mundial?

Vivemos – e aí podemos concordar ou não – numa época de globalização imposta pela tecnologia; vivemos um momento em que os nossos quintais são devassados; vivemos, Senador Saturnino, um momento de abertura ampla, geral e irrestrita. Lamentei muito V. Ex^a não estar aqui na semana passada, porque ouvimos um discurso moderno, avançado e voltado para o futuro. O Senador Sibá Machado, nosso querido Colega, em nome da Liderança do PT, fez um discurso, transcorrendo sobre um relatório da CIA, aquela CIA que o partido de V. Ex^a, quando estava na Oposição, tanto combatia, tanto temia. Era o terror – os ianques, V. Ex^a lembra muito bem isso. E aqui foi feita uma verdadeira apologia das projeções que a CIA faz para o Brasil dos próximos vinte anos. O que fez o PT andar de braços dados com a CIA? Quero crer que foi a globalização.

Senador Roberto Saturnino, há três anos, na Câmara dos Deputados, o Ministro Valdir Pires, hoje Ministro da Defesa, usando os argumentos do nacionalismo, rebelou-se contra um possível acordo entre o Brasil e os Estados Unidos para operação conjunta da Base Aérea de Alcântara. Esse acordo não foi a bom termo. Fomos surpreendidos com a apologia aqui feita, exatamente, de um Brasil projetado para vinte anos, estudo esse feito pelos olhos do satélite ou dos espões da – até pouco tempo atrás – criticada e combatida CIA. Mas é bom que as coisas mudem, porque ninguém é obrigado a ter compromisso com o erro.

Eu acho que se o Sr. Hugo Chávez estivesse na Venezuela, no momento, fazendo um governo com modificações sociais concretas para melhorar a vida do povo venezuelano, nós teríamos motivos para aplaudir-lo e até, em alguns casos, invejá-lo.

Mas a Assembléia Nacional Constituinte ali instalada serviu única e exclusivamente para endurecer o regime, restringir as liberdades democráticas, culminando com o fato de que a Venezuela, hoje, praticamente não tem oposição no Parlamento. E ninguém melhor do que V. Ex^a sabe, porque já viveu, o que é um Parlamento castrado: Parlamento onde as notícias não ecoam, onde há censura instalada e onde o medo de expressão domina pelos corredores.

Outro dia, tive oportunidade de conversar com brasileiros que vivem na Venezuela e pude sentir um pouco isso. Na realidade, o que esperava hoje, meu caro Senador Roberto Saturnino, era que o Partido do Governo, com todas as divergências que tem – que são históricas – com os americanos, pelo menos viesse aqui dar um crédito de confiança ao Sr. Bush, que instala uma cruzada mundial de combate à corrupção.

O jornal **O Globo**, na sua página 15, numa matéria assinada pelo Sr. José Meirelles Passos, mostra de maneira bem clara o que é esta intenção.

Nós vivemos aqui o caso dos sanguessugas, nós vivemos aqui o caso do mensalão e nós sabemos que, quando contaminado o Congresso, há o agente contaminador. Nós estamos vivendo nas filiais que se corrompem, mas a matriz corruptora é o Palácio do Planalto – onde há a caneta, o poder e a decisão –, principalmente quando se vive num presidencialismo onde o Chefe de Estado, onde Sua Excelência tudo pode e tudo faz.

Acho excelente a idéia do Sr. Bush e da Sr^a Condoleezza Rice. Só espero que esse projeto, que essa cruzada não fique no papel, e que o americano tenha a humildade de ver, em muitos casos, onde a corrupção internacional predomina, de saber a origem e onde estão os corruptores, e de puni-los.

Acho que o Sr. Bush poderia se redimir de todas as truculências que fez no mundo, embora em parte porque as vidas tiradas não têm volta, poderia pelo menos dizer que está colocando em prática essa cruzada de combate à corrupção. Tenho certeza de que, valendo isso, vamos diminuir também a violência das armas que entram no Brasil, muitas vezes de origem ianque, como eram chamados os americanos naquele tempo – V. Ex^a lembra-se bem –, as compras milionárias e as concorrências internacionais. Tenho certeza, Senador Roberto Saturnino, de que esse é um fato histórico, e, lamentavelmente, o PT de ontem – que não é o de hoje – não trouxe esse assunto a esta Casa.

Mas volto a dizer a V. Ex^a que o Governo norte-americano, por meio dessa cruzada, tem um prato cheio para começar a investigar empresas que constroem aviões pelo mundo – fora os escândalos que vêm da década de 80 –, que têm constituição privada e respondem a processos em vários lugares do mundo, como o Citibank.

Como saber se é verdade o processo de corrupção da Argentina, da Índia, do Japão, da América do Sul, do México, com livros publicados? Se o Presidente Bush, por meio da sua inteligência – não dele, mas do seu sistema de inteligência, quero que fique bem claro – mandar realmente investigar, começando pelas ações do Citibank pelo mundo afora, estará prestando um grande serviço ao mundo de hoje.

Ficará muito ruim se essas apurações forem feitas apenas, como se diz no Brasil, na raia miúda.

Aliás, o Citibank, que no passado era tão combatido pela então Oposição, hoje, aqui no Congresso Nacional, tem seus porta-vozes, tem os seus defensores. Era preciso que o Sr. Bush – eu não acredito em nenhuma apuração feita aqui no Brasil – desse a

primeira demonstração, já que não é um caso exclusivamente brasileiro. As denúncias contra o Citibank – posso até fazer um levantamento e trazer aqui posteriormente – atingem vários Países, como a Itália, o Japão e, salvo engano, a Índia. A Argentina tem um livro publicado.

Estamos muito preocupados com o quintal alheio, Senador Saturnino.

Quero me dirigir a V. Ex^a agora para tratar um pouco de nossa seara interna. No jornal **O Globo**, pág. 12, lemos a imperdível coluna de Ancelmo Gois, que traz uma nota que, com certeza – e conheço sua luta –, vai entristecê-lo, porque me entristeceu e entristeceu vários brasileiros. Sei que V. Ex^a é dos que lêem o jornal ao alvorecer, mas quero alertar a Nação. Não posso sonegar à Nação os detalhes de que estou falando.

Vou apenas repetir a nota do jornalista Ancelmo Gois: “Um ex-piloto que trabalhou 32 anos na Varig reuniu as economias e... comprou um táxi. Trocou o céu pelo chão. É taxista da cooperativa Transcotour, que faz ponto, por ironia, no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro”.

Senador Saturnino, V. Ex^a sabe da omissão do atual Governo com relação a essa empresa, da falta de vontade, da falta de decisão. O que se fez com essa empresa foi um crime!

Aliás, essa mesma coluna, na semana passada, anunciou que a revista **Playboy**, do próximo mês, irá trazer na sua capa três ex-comissárias que vão posar para a revista – evidentemente mostrando suas intimidades – em troca de um cachê para sua sobrevivência. É um absurdo, Sr. Presidente, que essas moças, que se prepararam, como esse comandante, vejam-se, neste momento, na obrigação de recorrer a alguns expedientes que demonstram de logo serem de desespero, para poderem sustentar suas famílias. E justo num momento em que o Brasil é governado pelo Partido dos Trabalhadores, que voltou suas costas para 12 mil servidores diretos da Varig, 40 mil servidores indiretos e, indiretamente, para toda a população brasileira, que vai aos aeroportos e enfrenta um verdadeiro caos de filas, incertezas e insegurança, fora os brasileiros que estão, há 10, 15 dias, sobrevivendo – só Deus sabe como! –, em busca de uma vaga para retornar ao País, uma vez que daqui saíram nas asas da Varig e não têm como voltar.

É de entristecer, meu caro Senador Saturnino. Não se admite, não se justifica!

Participamos de várias discussões, de vários encontros. Várias sugestões foram dadas. E o Governo levou este assunto com a barriga.

Sabe bem V. Ex^a, e sabe o Brasil todo, que existe um crédito decidido na Justiça em favor da companhia

aérea. E era só uma questão de decisão governamental, não para fazer um pagamento direto, mas para um simples encontro de contas, uma vez que a Varig também é devedora do Governo brasileiro.

Eu não diria que nós, no Brasil, vivemos um Governo populista. Eu diria que, no Brasil, vivemos um Governo imobilista: sem ação, sem decisão e sem perspectiva.

É evidente, não há por que desconhecer, que é o Governo de um Presidente da República que conseguiu popularidade. Mas o Brasil sabe o preço que está pagando por isso.

O Brasil está parado, Senador Saturnino. Somos um verdadeiro canteiro de obras paradas. E olha que o PT, quando era Oposição, pediu a constituição, na Câmara, de uma CPI para investigar obras paradas. Foram investigadas várias obras, mas nenhuma delas foi recomendada no atual Governo, exceto a famosa Operação Tapa-buraco.

Senador Saturnino, o Lula, no Pará, anunciou, há quatro anos, recuperar Tucuruí. No ano passado, anunciou a inauguração de Tucuruí, sendo que das 22 turbinas apenas uma foi colocada em funcionamento no seu Governo. Anunciou a refinaria de Abreu e Lima, em parceria com o seu colega Hugo Chávez.

Quero saudar aqui, com muita alegria, a chegada do meu amigo, Senador Sibá Machado. Já citei V. Ex^a aqui, Senador Sibá, falando sobre os nossos embates da semana passada, no que diz respeito àquela defesa que fez da CIA. Num contexto. Não vá...Veja primeiro o que foi que eu disse. Estou dizendo aqui que o seu Partido mudou. Tinha horror à CIA, dizia que a CIA era olheiro das riquezas brasileiras e que queria tomar a Amazônia. E o seu discurso foi feito.

No entanto, o que eu quero é que V. Ex^a leia a matéria da página 15 do jornal **O Globo**, a respeito de uma cruzada de combate à corrupção que o Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, propõe. O PT vai ficar muito mal se não se aliar a isso.

V. Ex^a sabe que a corrupção vem de fora também; ela não é genuinamente brasileira. Digo “genuinamente” sem nenhuma ligação com o ex-Presidente do seu Partido – quero que isso fique bem claro, para eu não ser mal interpretado depois.

De qualquer maneira, Senador Roberto Saturnino, esta segunda-feira nos proporciona a tranquilidade de discutir aqui alguns temas. Esse tema trazido por V. Ex^a, com sua preocupação geopolítica, é importante e tem de ser permanente, pois não pode ser tratado numa discussão eventual.

O Brasil, pela sua importância e pela sua dimensão, tem vocação para ser líder deste continente e não para ser liderado. Não podemos ter um Presi-

dente que quer copiar uma Constituinte, porque os seus vizinhos assim o fizeram. Sabe bem V. Ex^a que uma Assembléia Constituinte é paralisante e, acima de tudo, tem um foco importante: para dirigi-la e para presidi-la, tem de haver alguém com autoridade e com motivação. Quem presidiu um Governo com mensa-lão, com membros da sua equipe transportando dóla-res na cueca e com sanguessugas não tem liberdade e autonomia para presidir uma Assembléia Nacional Constituinte. E o mais grave: ao começar a discutir a Assembléia Nacional Constituinte, não procurou o Congresso Nacional, que é a origem, mas procurou entidades que, por mais respeitáveis que sejam, não têm autoridade para legislar porque essa é uma ativi-dade exclusiva desta Casa, numa tentativa – que lhe é permanente – de tentar jogar o Congresso contra a opinião pública.

Esta é uma Casa de liberdades, mas uma Casa indefesa e desarmada. Já pensaram o Congresso Nacional tendo à sua disposição o dinheiro que o Presidente da República tem, da publicidade da Pe-trobrás – para ficar só nela – a anunciar autonomia de petróleo, o que V. Ex^a sabe ser uma mentira, algo que não existe?

O Brasil avançou bem e, nos últimos 50 anos, desde a fundação da Petrobras, vem crescendo nas suas pesquisas, mas não é autônomo; ainda precisa importar.

Aliás, o Brasil do atual Governo virou as costas para o gás e tranqüilizou-se com o fato de que ia ter o gás da Bolívia, até que Evo Morales nos deu uma mostra do que é um Governo sem nenhum compro-misso com a nossa geopolítica, como V. Ex^a quis bem dizer, e com a integração continental.

O episódio de Evo Morales é pedagógico para o País. Se temos condições de exploração do gás – a Bacia do Espírito Santo demonstra isso –, não pode-mos fazer investimentos confiados no humor dos Países vizinhos, porque existe a autonomia, a independência, que V. Ex^a frisou muito bem.

Faço este registro na certeza de que o PT ama-nhã vai se juntar ao clamor mundial lançado pelo Pre-sidente do País mais poderoso do mundo, com quem o Presidente Lula tem contato permanente via telefone – inclusive, jacta-se de ter uma amizade, uma relação estreita com o Presidente Bush –, e deve pedir que a operação de combate mundial à corrupção, Senador Sibá Machado, comece por aqui. Feito isso, quem sabe, estaremos dando o primeiro e grande passo para não ver a repetição, nesta Casa e no País, dos constrangi-mentos que estamos vivendo de 2003 para cá.

Sr. Presidente, muito obrigado pela generosi-dade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/ PT – RJ) – Com a palavra o Senador Sibá Machado, próximo orador inscrito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pro-nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Saturnino, Senador Heráclito Fortes, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tive a oportunidade de ouvir o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Satur-nino, porque estava me dirigindo para cá; ouvi que V. Ex^a tratava um pouco sobre populismo, mas não pude ouvir o conteúdo. Mas me senti motivado a vir à tribuna nesta tarde para falar por que fiz o pronunciamento na semana passada a respeito do relatório da CIA, rela-tório considerado reservado, mas não sigiloso, e que foi publicado em livro pela Ediouro se não me falha a memória, pelo jornalista Heródoto Barbeiro.

Li aquele livro e, no meu entendimento, há ali uma visão do que pode vir a ser o mundo a partir de 2020, 2022. O assunto me chama a atenção porque, logo que cheguei ao Senado, estávamos debatendo, em vários fóruns, principalmente nos fóruns da academia ligada à Geografia, ligada a uma série de outras áreas do conhecimento que se preocupam com a avaliação de futuro, a geopolítica no mundo, no presente, passado e futuro, e me chama muito a atenção porque já havia dentro do NAE, Núcleo de Assuntos Estratégicos do Governo, uma avaliação do bicentenário da Indepen-dência do Brasil. Isso tudo se soma, os esforços do Brasil de chegar em 2022 com o que nós todos aqui desejamos, e acho que indistintamente, que é a nossa independência completa.

Ao fazer uma avaliação da Independência do Brasil, a 7 de setembro de 1822, quando D. Pedro I, às margens do igarapé ou riacho do Ipiranga, em São Paulo, fez aquele gesto político simbólico, que foi o grito da independência, gosto de registrar as fontes em que me inspiro. Uma delas é a de Cristovam Bu-arque, ainda em 2003, quando ele dizia que, na His-tória do Brasil, os sucessivos governos tiveram muita dificuldade de relacionar desenvolvimento, equilíbrio fiscal e democracia. Ele fazia uma retrospectiva e nos convenceu a todos. Fiquei muito convencido da ava-liação de Cristovam Buarque. Juntamente com esses documentos que eu li do NAE – Núcleo de Assuntos Estratégicos do Governo, culminando com o relatório da CIA, fecha-me um nível de pensamento capaz de dizer que o Brasil está, sim, dando passos significativos para chegar em 2022 – bicentenário da Independência – com a sua independência completa: política, econô-mica e tecnológica, mas com uma coisa que considero das mais importantes, Sr. Presidente, construída em bases próprias. Não estamos construindo isso com base no suor e no sacrifício de outros. Se olharmos

para a construção de todos os impérios ao longo da história – podemos voltar a nossa memória a Genghis Khan, vindo de lá até o império romano –, veremos que todos foram construídos, edificados, em cima do suor, do sacrifício e às vezes até do sangue das pessoas. A Revolução Industrial foi isto: com a descoberta da navegação e o melhoramento da tecnologia, os europeus se espalharam pelo mundo, dominando povos, arrebatando as suas culturas, aprisionando, escravizando. Foram essas as bases da construção do sistema que temos hoje dominante no mundo. No meu entendimento, o Brasil caminha para chegar, em 2023, a uma independência que junta esses três fatores importantes, que ouvi de Cristovam Buarque e repito: a democracia, o desenvolvimento e a tecnologia, construídos com o trabalho, a inteligência e a dedicação dos brasileiros e das brasileiras.

D. Pedro I, dois anos depois do grito da Independência, convida para construir, para escrever a primeira Carta Constitucional brasileira – é o que a História registra – um grupo de juristas. Mas o trabalho dessas pessoas desagradou-o muito, e ele mandou rasgar, jogar fora aquele trabalho e fez outro. Assim, começou ali o cerceamento da participação democrática. D. Pedro I deu o grito político da independência, mas retirou ali a democracia.

Nessa época, o que tinha o Brasil como economia? A cana-de-açúcar, o cacau e o café. Era basicamente isso. Havia os barões do café, os barões do cacau e os barões do açúcar. Toda a infra-estrutura brasileira estava pensada nesses três itens da nossa economia, que era de exportação, basicamente voltada para a exportação.

Foi preciso chegar Getúlio Vargas para que o Brasil começasse a pensar na industrialização. É claro que houve iniciativas anteriores, mas o governo que centrou o seu planejamento na industrialização foi o de Getúlio Vargas. Por isso eu citei Getúlio Vargas na semana passada. Eu falei até que conheço agora dois Getúlio Vargas: o Getúlio Vargas que conheci ao longo da história do movimento sindical brasileiro, aquele que mandou prender e deportar Olga Benário, que mandou prender Carlos Prestes, que cassou direitos políticos de muitas pessoas, que controlava a imprensa brasileira. Esse era o Getúlio Vargas que eu aprendi, inclusive, a odiar. O Getúlio Vargas que eu aprendi a respeitar, sem eximi-lo daquilo que considero os seus defeitos, como pessoa, como estadista, foi aquele que pensou um Brasil cinqüenta anos depois, que criou a Petrobras, a Companhia Vale do Rio Doce e tantas outras empresas que apontavam o Brasil para esta independência sobre a qual estamos conversando neste momento.

Cem anos depois de Pedro I, Artur Bernardes reprisa um cerceamento democrático, ao dizer: “Movimento social brasileiro é caso de polícia”.

Getúlio Vargas caminhou para a industrialização. Ao chamar a industrialização, ele mostrou, pelo que se lê na história – eu não estava lá, não sou testemunha ocular dos fatos –, que não tinha grande admiração pelos americanos. Pelo que se vê na história, a admiração de Getúlio estava mais ligada a Benito Mussolini. Tanto é assim que a Consolidação das Leis do Trabalho no Brasil, a CLT, até hoje vigente, foi de certa forma uma cópia da Carta do Trabalho italiana, de Benito Mussolini. E ele tinha uma certa amizade, sim, com os nazistas. É o que mostra a nossa história. Tanto é assim que, quando Hitler perdeu a guerra, ele ficou em uma situação de perda de espaço político aqui.

Mas não é esse o foco do assunto que eu quero tratar. Quero retornar ao relatório da CIA.

Nesse período, o Brasil caminhou para a industrialização. Voltando ao assunto, Getúlio Vargas cerceou a democracia.

Atentando para a observação de Cristovam Buarque, baseada no tripé desenvolvimento, equilíbrio fiscal e democracia, vamos falar de outro grande estadista brasileiro: Juscelino Kubitschek.

Juscelino Kubitschek anunciou que o Brasil crescerá cinqüenta anos em cinco. Avançou ainda mais na industrialização e na democracia brasileira, mas nasceu ali um endividamento. Então, quebrou-se ali o equilíbrio fiscal brasileiro. O endividamento internacional brasileiro iniciou-se no Governo de Juscelino Kubitschek.

Da década de 90 para cá, tivemos a busca do desenvolvimento, a garantia da democracia, mas tivemos a quebra do equilíbrio fiscal, e o nosso País continuou com um olhar muito mais para o outro lado do mar do que para dentro de si. Poucos governos, nesse período de quase sessenta anos, tiveram um olhar cuidadoso para dentro do Brasil, apostando numa economia interna pulsante, na distribuição de renda, no fortalecimento e na consolidação das instituições, no movimento social independente, em instituições de pesquisa mais ousadas, e assim por diante. Então, esse marco foi difícil durante esse período. E o que estamos vivendo agora – e aí o porquê da leitura – é porque eu compreendo, com paixão ou não pela defesa do governo do Presidente Lula, pela sua visão de mundo, de relações internacionais e de Brasil, pela forma como tem buscado um novo intercâmbio comercial, pela forma como tem buscado uma nova solidariedade entre povos e nações, pela forma como tem buscado a soberania do nosso País. E desculpe-me, porque eu não ouvi o discurso de V. Ex^a quando falou da questão

do populismo. Nós sabemos das responsabilidades que recaem sobre os ombros do nosso País. O nosso Brasil não pode ser comparado com uma aventura. Sr. Presidente, nós não somos aventureiros. Este Brasil é um país sério, que tem um lugar promissor no futuro e – volto a dizer – com muita diferença do que foi a construção de outros impérios. Podemos construir o bom império daqui para frente: o império da solidariedade entre as nações. Este é o império que nós haveremos de construir até 2022.

Portanto, era preciso pegar o arcabouço da história do Brasil, o que D. Pedro I nos trouxe de importante, o grito da independência política, porque não queríamos mais Portugal ditando os rumos do nosso Brasil. Para chegar à era Getúlio Vargas, foi preciso haver um lastro industrial. Nós tivemos que sair do que era apenas a cultura do café, da cana-de-açúcar e do cacau para a produção industrial na área da metalurgia. Tivemos que criar a CSN – Companhia Siderúrgica Nacional e avançar nos pilares da indústria de base do Brasil, como queríamos, e na infra-estrutura. No meu entendimento, a vinda da capital para Brasília para cá era realmente algo inimaginável para aqueles momentos – tirar a capital do País do Rio de Janeiro e trazê-la para cá.

São essas coisas que contribuem para esse embasamento de que, no bicentenário da independência do Brasil, nós haveremos de comemorar com esses três pontos de vista. E acrescento a eles o quarto, que trata da questão de construir esse bom império sob os auspícios do povo brasileiro.

Quando olharmos para os nossos países vizinhos, olhemos para a história. Eu li Galeano, **As Veias Abertas da América Latina**, ainda em 1984, se não me engano. E aquilo mexia com nosso coração, como foi a formação do Chile, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, da Venezuela, do Peru, da Bolívia, do Equador. Como foi a formação desses países? E o seu grito de independência? E a troca da dependência presencial para uma dependência na área do endividamento, na área da subserviência tecnológica, da subserviência política? Isso não nos interessa. Isso não nos interessa. A globalização chegou e pronto.

Eu considero a globalização, Sr. Presidente, inerente à própria vida. É da Biologia a própria globalização. Eu estudei um pouco sobre a localização dos seres vivos no planeta. Muitos dos seres vivos nasceram e continuaram lá nos seus nichos, nos seus habitats, e nunca se expandiram. Mas outros se expandiram.

Observando o transporte do coco, eu li um outro autor, o Sr. Antônio Zuffo, que lançou o livro **A Infoera** há algum tempo, se não me engano, na metade da década de noventa. Ele fala um pouco sobre a velocidade dos transportes dos seres vivos e diz que, no período remoto, lá pelo neolítico, para se fazer a circulação de uma informação no planeta,

Levavase milhares de anos. Hoje, os meios de comunicação fazem isso quase em tempo real. Como vamos conviver com isso? Coloquei na minha monografia uma frase que representa bem o que penso sobre tudo isso. Escrevi que a velocidade dos meios de transportes e dos meios de comunicação de um povo determina também a velocidade de seus pensamentos. Penso que as pessoas estão cada vez mais aceleradas, buscando processos cada vez mais acelerados. É por isso que se avança na tecnologia, na nanotecnologia, na biotecnologia, no sentido de se buscar informações na área molecular, para que possamos ter maiores velocidades e podermos concorrer comercialmente.

Assim, diante destes fatos, falemos do Brasil de 2022. O que traz o relatório da CIA quanto a isso, Sr. Presidente? São cenários. Ele fala de quatro cenários. Em um deles, fala-se da possibilidade de haver, em 2020, uma globalização sem o rosto dos Estados Unidos. É um rosto diferente, que pode ser da China, que pode ser da Índia, um pouco mais asiático.

Há uma possibilidade de a União Européia se estabilizar, de perder espaço, de os Estados Unidos perderem espaço e de a Ásia emergir. Nesse momento, ele chama a atenção para um grupo de países que podem fazer a diferença. Seria o BRIC.

E é no grupo do BRIC – formado pelo Brasil, pela Rússia, pela Índia e pela China – que o Brasil deve entrar. Entrar como? Ele diz lá que só há uma forma: com distribuição de renda. Penso que é isso que está acontecendo hoje no Brasil. Foi na distribuição de renda que o Governo Lula avançou, Sr. Presidente. Por que há muita gente incomodada? Por que ele está bem nas pesquisas? Porque houve distribuição de renda quando o Presidente Lula conseguiu controlar a inflação. Aí vão para o equilíbrio fiscal, um grande ganho da observação de Cristovam Buarque. Tem que haver o equilíbrio de contas. Aí se diz que o Brasil está crescendo menos do que a Argentina, menos do que...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Crescimento e desenvolvimento, no meu entendimento, são coisas diferentes. Está certo que são duas partes de um

todo, mas são distintas entre si. No meu entendimento, nós podemos ter crescimento sem distribuição de renda, que é a marca comum do mundo. Eu não quero invejar esse crescimento, que acho errado. O Brasil não pode seguir este caminho, tem que recusar este caminho. Nós haveremos de fazer desenvolvimento com respeito à natureza e, principalmente, com respeito ao povo, fazendo com que ele participe dos investimentos e tenha uma contrapartida.

Portanto, é o trabalhador que ganha com a inflação sob controle. Hoje, vi uma avaliação do Ministro Guido Mantega de que o ideal de uma taxa Selic nominal para os próximos meses seria de 9%. Se não me engano, a fórmula de cálculo da taxa Selic é formada, em parte, pelo juro real e, em parte, pela inflação acumulada do período. Se nós tivermos, então, o controle da inflação na faixa de 4% e tivermos um juro real na faixa de 5%, nossa taxa Selic nominal estará, em dezembro, na faixa de 9%.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Portanto, aí nós teremos um grande salto de qualidade, que é o investimento no setor produtivo.

Então, haveremos de ter a abertura de mais postos de trabalho no Brasil, muito mais do que hoje, um número que já é, a olhos vistos, de longe, “deixando no chinelo”, muito maior do que o referente ao Governo anterior.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO – Vou já conceder o aparte a V. Ex^a.

Outro fator, Sr. Presidente, é o salário mínimo. O nosso companheiro Senador Paulo Paim, que eu conheci quando ele ainda era vice-Presidente da CUT nacional, nos idos dos anos 80, nunca abandonou essa bandeira de um dia o Brasil ter um salário mínimo de US\$100.00. Sr. Presidente, não sei qual a cotação do dólar hoje, mas acredito que hoje, se convertermos os R\$350,00 em dólar, dará mais ou menos US\$150.00. Este assunto também está resolvido.

Houve a modificação da Tabela do Imposto de Renda, para que uma categoria maior de trabalhadores não precise mais pagar Imposto de Renda. Por isso, há mais renda no bolso do trabalhador.

Concordo com aqueles que dizem que o Bolsa-Família é um paliativo. Ele não pode ser permanente porque permanente tem que ser a busca incessante por outras políticas permanentes de transferência de

renda, de garantia de oportunidades. É isso que se tem que buscar.

Mas há pessoas, Sr. Presidente, que não têm, neste momento, um pedaço de pão para comer. É por isso que tem que haver Bolsa-Família, que está atendendo a doze milhões de pessoas. É por isso que vemos, em muitos dos menores municípios do Brasil, dos mais desassistidos, que o programa é um dos fenômenos da economia local. A pessoa sai da sua casa com dinheiro no bolso e pode comprar, perto de sua casa, um alimento para o seu filho ou um caderno para levar para a escola, uma roupa, um medicamento, algo assim.

Então, quando fazemos o somatório das políticas do Governo, vemos que houve distribuição de renda, pilar colocado no relatório da CIA.

Outro: o investimento na tecnologia. Quero parabenizar o Governo Lula por colocar mais oportunidades para que jovens pobres possam cursar o ensino superior.

Digo isto, Sr. Presidente, porque passei por alguns desses problemas na minha vida. Em 1968, um dia eu comi o que tinha na minha casa: um arroz velho, apodrecido, com gosto de barata. Foi o que minha mãe nos serviu naquele dia. Eu tinha oito ou dez anos de idade.

Acho que as pessoas têm que um dia virar gente, Sr. Presidente! Nós temos que virar gente! Não podemos aceitar um modelo em que um ganha e outro perde. Então, o ano de 2022 vai chegar, tendo o Brasil como quarto pilar. Temos que ter, Sr. Presidente, tecnologia, temos que ter economia sólida, democracia sólida e soberania e respeito aos povos. É isso que eu acho que temos que fazer.

O nosso império é um império do povo, um império da solidariedade das nações.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Desculpem-me pela emoção.

Aceito o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Essa emoção de V. Ex^a contamina a mim e, tenho certeza, também a toda a Nação. V. Ex^a faz um discurso que eu acho que noventa por cento do seu Partido gostaria de fazer. Só não gostariam de fazer esse discurso os que estão no poder. Como sei que V. Ex^a é um dos que não estão no poder, seu discurso é, subliminamente, um desabafo. Sr. Presidente, temos de aplaudir o discurso que o Senador Sibá Machado faz hoje. Ele

faz a apologia do cidadão fantástico que é Cristovam Buarque, que se preocupou com o Brasil de daqui a 22 anos e que merece, portanto, de todos nós a reverência pela coerência, pela honestidade e, acima de tudo, pela coragem de acreditar e de pôr em prática as suas convicções. Lamentavelmente, ele foi afastado do Ministério do Governo de V. Ex^a, por telefone, quando cumpriria uma missão do Governo brasileiro na África. Ele estava em Portugal, na metade do caminho. O Senador Paulo Paim, que V. Ex^a cantou em prosa e verso e que é uma das figuras mais extraordinárias do Parlamento brasileiro – fomos colegas na Câmara dos Deputados durante muitos anos e somos agora colegas no Senado Federal –, não teve apoio do Partido de V. Ex^a com relação à luta pelo salário mínimo, que ele mantém desde que aqui chegou. Foi desautorizado, foi derrotado em plenário no Senado e teve que ter a compreensão da Oposição para, contra a decisão do Governo, aprovar, apoiar conquistas de trabalhadores. V. Ex^a foi muito sincero e foi contra, inclusive, declarações do seu Presidente da República sobre o fato de o Bolsa-Família ser permanente em seu Governo. V. Ex^a vem aqui, o contradiz e diz que o Bolsa-Família não é permanente, é transitório. V. Ex^a está certo. Não podemos criar um país de dependentes. V. Ex^a está certo. A tese de V. Ex^a está correta. Quando o Bolsa-Família foi criado sem “Botox”, no Governo Fernando Henrique, tinha contrapartida. O aluno tinha que freqüentar escola. A mãe tinha que participar do dia-a-dia do filho. O Bolsa-Família hoje, com “Botox”, é produto de um programa criado por Fernando Henrique, com três vertentes, para atender a três categorias sociais diferentes, mas exigindo sempre a contrapartida. V. Ex^a sabe, meu caro Senador, que um grande e ilustre conterrâneo nosso fala muito bem sobre essa questão: Luiz Gonzaga – não quero repetir seus versos. No Governo Fernando Henrique, o Ministério da Educação, com o programa do Governo passado, melhorou a freqüência nas escolas, melhorou o índice de aproveitamento e, acima de tudo, fez uma coisa fantástica: ocupou os jovens. Sabe muito bem V. Ex^a o que é hoje um jovem sem deveres, como o de, pelo menos, freqüentar a escola. Sabemos o prejuízo que, no futuro, dará ao País. Parabenizo V. Ex^a por esse discurso, por ter a coragem de fazer apologia ao seu ex-companheiro Cristovam Buarque. Mas alerta a V. Ex^a que quem está em campanha, no seu Partido, é o Presidente Lula. Traga aqui o que ele pensa do Brasil para os próximos 20 anos, para os próximos 30 anos, o que ele pretende fazer e por que não o fez nos últimos quatro anos, para poder colocar o candidato na

mídia. V. Ex^a está fazendo campanha para Cristovam Buarque, o que aprovo. Lamento: se eu não tivesse um candidato, o Cristovam seria uma grande opção. Seu subconsciente falou mais alto, e a verdade sai das trevas e vem à luz. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Citei um fato referente ao nosso companheiro Senador Cristovam Buarque quando ele era do Partido dos Trabalhadores e considero até que ele está emprestado ao PDT. Ainda apostado no retorno de Cristovam Buarque ao PT. Foi um quadro que nos ajudou muito durante um bom tempo, que tem e sempre terá o nosso respeito. Qualquer coisa que tenha acontecido foi ocasião do momento, o que não vou discutir, porque acredito que todos têm suas razões.

Mas ele nos chamou a atenção naquele dia em que tratamos sobre esses assuntos, o que gostei muito. Por isso, reproduzo aqui o pensamento de Cristovam Buarque.

Já vou encerrar, Sr. Presidente, dizendo apenas que tenho andado em alguns Estados brasileiros e penso que esse clima nacional, esse clima de Brasil grande, Brasil soberano, Brasil respeitado, Brasil que define um novo lugar no mundo, principalmente com seus vizinhos, no seu entorno, haverá de ser a nossa marca para essa tão esperada data do bicentenário de nossa independência.

Agradeço a V. Ex^a e saio daqui agora desafiando para que possa, no momento mais adequado, relatar para mim o que foi o seu pensamento, na tarde de hoje, sobre a questão do populismo. Eu gostaria, se der tempo, de voltar a tratar desse assunto no dia de amanhã. Agradeço a V. Ex^a a tolerância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a sabe, como todos, que, regimentalmente, a Presidência não pode se manifestar, não pode interferir nos pronunciamentos dos Senadores. Mas quero, ao fim do discurso de V. Ex^a, cumprimentá-lo.

Parabéns pelo discurso que fez hoje! Parabéns pela atuação que tem tido!

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler, solicitando que a Hora do Expediente em comemoração ao Dia do Corretor de Imóveis, de autoria do Senador Paulo Octávio e de outros Srs. Senadores, seja no dia 29 do corrente.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 962, DE 2006

Requer que a Hora do Expediente da sessão do dia 29 do vcorrente seja destinada a comemorar o Dia do Corretor de Imóveis.

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento nº 918 de 2006, requiero a Vossa Excelência, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a Hora do Expediente, no dia 29 de agosto do corrente ano, em Comemoração ao Dia do Corretor de Imóveis.

JUSTIFICAÇÃO

Dia 27 de agosto é comemorado o Dia Nacional do Corretor de Imóveis, a laboriosa profissão que tem por objetivo a intermediação na compra, venda, locação e administração do bem mais sagrado do ser humano, a Casa Própria.

É uma data significativa para a categoria e também de grande importância para a construção e solidificação da Capital da República, uma vez que o eterno Presidente Juscelino Kubitschek, ao iniciar as obras do que seria a nossa cidade, convocou os profissionais, que até então ainda não tinham a profissão regulamentada, mas já exerciam com orgulho e responsabilidade a corretagem imobiliária, para entregar-lhes uma pasta contendo os documentos necessários para que aqueles abnegados profissionais corressem mundo afora vendendo o maior loteamento do mundo, Brasília.

Sala das Sessões, de agosto de 2006.


Senador PAULO OCTÁVIO






O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido, tendo em vista que a data do evento ocorrerá antes de 4 de setembro, quando haverá sessão deliberativa.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Ex^a para registrar, Senador Saturnino, antes do encerramento da sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Senador Moacyr Dalla, ex-Presidente desta Casa, ocorrido ontem no Espírito Santo.

As informações que nos chegam ainda não são completas, mas gostaria de fazer este registro, evidentemente com o apoio do Senador Sibá, da Senadora Serys e de todos os companheiros, por se tratar de um homem que teve assento nesta Casa, representou o Estado do Espírito Santo e presidiu o Congresso Nacional no período de transição do regime autoritário para a democracia.

Faço esse registro, interpretando o pensamento da Casa e pedindo a V. Ex^a que, como de praxe, comunique aos seus familiares e às autoridades do Espírito Santo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pergunto ao Senador Heráclito se foi feito um requerimento por escrito. Se houver, gostaria que pudéssemos também apor nossas assinaturas, concordando plenamente com o requerimento apresentado por S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência, Senador Heráclito, associa-se à manifestação de V. Ex^a.

Efetivamente, Moacyr Dalla foi um grande representante, um grande Senador que presidiu esta Casa num momento difícil, como V. Ex^a ressalta. Foi um homem de conduta exemplar, que teve o respeito de todos os seus companheiros. Tive a oportunidade, o privilégio de conviver com ele, razão por que V. Ex^a recebe, em nome de toda a representação no Senado, o apoio ao requerimento que apresenta, que será devidamente encaminhado e processado.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, no momento oportuno, gostaria de usar da palavra pela Liderança do meu Partido, o PL.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas minhas últimas andanças pelo meu Estado de Minas Gerais, passando pelo Triângulo Mineiro, pelo Alto Paranaíba e pelo sul de Minas, tenho mantido contato com um grande contingente de produtores rurais que, felizmente, enxergam na nossa pessoa um representante legítimo dos seus interesses.

Essa condição, de que muito me orgulho, foi alcançada por meio de muito trabalho em questões como a criação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nesta Casa, a apresentação de projetos que garantam incentivos tributários ao setor e a defesa de uma política mais firme de securitização e também por meio de bons resultados de algumas de nossas ações, que são claramente perceptíveis.

A manutenção da isenção de ICMS aos produtores de material reprodutivo destinado ao melhoramento genético animal e vegetal foi alvo de emenda de nossa autoria à PEC nº 74, de 2003, que alterava o sistema tributário nacional, tendo sido a emenda aprovada e incorporada à PEC nº 74 A.

A emenda, que defendi em atendimento a um pleito da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), com sede na querida cidade onde moro, Uberaba, estabeleceu que a isenção para operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade, com energia elétrica de baixo consumo, com insumos agropecuários, inclusive com material genético reprodutivo destinado ao melhoramento genético animal e vegetal, e com medicamentos de uso humano, segundo condições e listas definidas em lei complementar.

É importante citar que, desde o início da década de 70, já existe tratamento tributário diferenciado para operações de melhoramento genético, tanto animal quanto vegetal, por meio de convênios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), envolvendo os Estados da Federação. O Convênio AE 07/70 já autorizava os Estados a concederem isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias nas saídas

de quaisquer estabelecimentos de diversos produtos, incluindo o sêmen congelado ou resfriado.

O Convênio AE 08/72 dispunha sobre a concessão de isenção para as operações com reprodutores e/ou matrizes bovinos, puros de origem ou puros por cruza, efetuadas entre criadores e para as de importações.

Registraram-se, durante a década de 80, o desenvolvimento e maior difusão da adoção da tecnologia da inseminação artificial e transferência de embriões na pecuária brasileira. Como consequência, em 1988, por meio do Convênio ICM 49/88, foram isentas as operações com sêmen congelado ou resfriado e embriões de bovinos. O Convênio ICMS 70/91 ampliou esta isenção para as saídas interestaduais de embriões, ovos férteis, girinos, alevinos e sêmen congelado ou resfriado. Por fim, o Convênio ICMS 70/92 estendeu a isenção de ICMS para ovinos, caprinos e suínos.

Estudos realizados pela Associação Brasileira de Inseminação Artificial mostram um grande crescimento dessa atividade no mercado nacional, sobretudo na segunda metade da década de 90, destacando-se o grande aumento da participação dos fornecedores nacionais no início do século XXI, tendo ultrapassado a marca de 7 milhões de doses de sêmen comercializadas nos anos de 2002 a 2005.

Pesquisadores americanos acreditam que “o Brasil será em pouco tempo líder em difusão de tecnologia de reprodução bovina. O País já lidera em número de Fecundações *in Vitro* (FIV) realizadas, e é o segundo do mundo em transferência de embriões”.

Sabemos também que, por força dos convênios estabelecidos no Confaz, existe isenção de ICMS para sêmen bovino. Consideremos a aplicação de percentuais entre 4% (mínimo estipulado pela PEC nº 74-A, de 2003) e 18% (média das alíquotas máximas de ICMS aplicadas sobre mercadorias pelos Estados). Neste caso, teríamos um aumento dos preços do sêmen que importaria em montantes entre R\$135,46 a R\$153,69 milhões.

Ou seja, a aplicação da alíquota de 4% de ICMS implicaria num aumento de R\$5,21 milhões dos custos de produção da inseminação artificial, enquanto a alíquota máxima de 18% implicaria num aumento de R\$23,44 milhões por ano. Logo, pode-se concluir que a nossa emenda à proposta de reforma tributária em tramitação, que propõe a manutenção da isenção de ICMS aos produtores de material reprodutivo destinado ao melhoramento genético animal e vegetal, tem um grande impacto na atividade como mecanismo de estímulo a esse mercado, pela redução de custos da produção de inseminação artificial.

Essa foi uma vitória importante, mas continuamos em busca de outras conquistas para o segmento. Até o final do meu mandato, tenho o compromisso de trabalhar firme para que seja aprovado aqui no Senado Federal um outro projeto de minha autoria que visa incluir 58 Municípios do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, e alguns do noroeste de Minas Gerais, entre os beneficiários do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

A proposta está sendo discutida na Comissão de Assuntos Econômicos – a última Comissão por que tramita o projeto nesta Casa –, com parecer favorável do nobre Senador Wellington Salgado, e tenho certeza de que conseguiremos sensibilizar também os outros nobres Pares.

Se analisarmos hoje os agricultores de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, de Goiás e do Distrito Federal, mas em especial os de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, principalmente os que produzem algodão, 80% deles vêm do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba – 80% dos produtores que hoje plantam algodão nos dois vizinhos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul vêm da minha região. Enquanto no FCO retira-se qualquer empréstimo, seja para custeio ou investimento, a juros de 8,75% ao ano, com um, dois ou até três anos de carência para financiamentos de até dez anos de prazo para pagamento, nas nossas regiões, o financiamento tem o prazo de um ano apenas, sem nada de carência, e com juros acima de 20% ao ano, o que inviabiliza esse segmento produtivo na região. Por isso, estamos perdendo nossos conterrâneos, ano a ano.

Portanto, Sr. Presidente, em nome desses sofridos produtores rurais, peço aos Senadores que vejam com carinho e ajudem a dar aos nossos produtores rurais do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba a condição de ter o mesmo direito e a mesma possibilidade de continuarem produzindo e trabalhando como os vizinhos produtores do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, pois, tão bem quanto os produtores do Centro-Oeste, sabem fazer o que sempre fizeram: plantar, gerar emprego e renda e agregar valor naquilo que é produzido em nossa terra.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência agradece ao Senador Aelton Freitas.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 927, DE 2006

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do excelentíssimo Senador e excelentíssimo Presidente do Senado, Senador Moacyr Dalla.

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Espírito Santo.

Santa Maria, 21/08/06
Sala das Sessões, em 21/08/06

Senador

Senado Federal
Processo Legislativo
RQS nº 927/2006
Fls. 01

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Em votação o requerimento.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O Sr. Senador Sérgio Guerra, a Srª Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Luiz Otávio enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Oposição quer que Okamoto vá ao Senado se explicar”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 16 de agosto do corrente.

A matéria mostra que o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, deverá explicar, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, as versões con-

flitantes dadas por ele e pelo Presidente Lula sobre o pagamento da dívida de R\$ 29,4 mil do presidente com o PT.

O assunto foi resgatado neste momento porque, em entrevista ao Jornal Nacional, o Presidente Lula afirmou que sabia da dívida. “No entanto, sempre que se pronunciou sobre o caso, Okamoto se responsabilizou pelo pagamento dos R\$ 29,4 mil de Lula com o PT, registrados na prestação de contas do partido, mas disse que não informou o presidente sobre o caso”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELEIÇÕES 2006 / PRESIDÊNCIA

Oposição quer que Okamoto vá ao Senado se explicar

Tasso quer que presidente do Sebrae deponha na CCJ sobre nova versão dada por Lula para pagamento de dívida com PT

Para senador, ou amigo do presidente cometeu crime de perjúrio ao dizer à CPI que não o alertou sobre a dívida ou Lula mentiu ao "JN"

SILVIO NAVARRO
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Um dia após o início da campanha eleitoral na TV, PSDB e PFL pretendem iniciar hoje uma ofensiva para resgatar um dos temas mais polêmicos da crise política: o pagamento da dívida de R\$ 29,4 mil do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o PT feito pelo presidente do Sebrae, Paulo Okamoto.

O argumento dos tucanos é que Okamoto deve explicações sobre as versões conflitantes do pagamento da dívida, dadas por ele à CPI dos Bingos, e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao "Jornal Nacional".

A estratégia da oposição é anunciar hoje que apresentará um requerimento cobrando a

ida de Okamoto à CCJ (Comissão e Constituição de Justiça) do Senado na primeira semana de setembro, conforme o calendário de "esforço concentrado" do Congresso para votações e funcionamento de comissões.

Como a CPI dos Bingos foi encerrada, a CCJ seria o foro apropriado para argumentar que Okamoto cometeu crime de perjúrio (falso testemunho) ao afirmar à CPI que o presidente Lula não teve conhecimento do pagamento da dívida. Antes de prestar depoimento à CPI, o depoente é obrigado a assinar um termo no qual se compromete a dizer a verdade.

"Ou ele cometeu perjúrio, e vamos pedir a sua prisão, ou ele vem desmentir o presidente", disse o presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE).

Em entrevista ao "JN", na semana passada, o presidente Lula relatou uma suposta conversa entre ele e Okamoto antes do pagamento da dívida. "Quer pagar, você paga, porque eu não

vou pagar, porque não devo ao PT", disse Lula.

No entanto, sempre que se pronunciou sobre o caso, Okamoto se responsabilizou pelo pagamento dos R\$ 29,4 mil de Lula com o PT, registrados na prestação de contas do partido, mas disse que não informou o presidente sobre o caso. Antes da entrevista, o Palácio do Planalto sempre negou que Lula soubesse da dívida. Depois da entrevista de Lula ao "JN", Okamoto informou que não falaria sobre o assunto.

No ano passado, a CPI dos Correios suspeitava que o dinheiro usado para quitar a dívida era oriundo do "valerioduto". Okamoto conseguiu impedir a quebra de seu sigilo no Supremo Tribunal Federal.

Pelo regimento da CCJ, Okamoto seria "convocado", o que não o obriga a comparecer. A oposição analisa uma brecha jurídica para exigir sua vinda, mas avalia que reacender o tema já causará turbulências.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna no dia de hoje para fazer o registro da matéria intitulada “Dinheiro a conta-gotas”, publicada no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 16 de agosto do corrente.

A matéria mostra que “A quatro meses do final do ano, o governo federal desembolsou R\$63 milhões, cerca de 6% dos R\$930,2 milhões previstos para investimentos na segurança pública no orçamento de 2006”.

A matéria destaca, ainda, que o economista Gil Castello Branco, da ONG Contas Abertas, declarou

que “não há como justificar o desempenho do governo em uma área tão sensível como a segurança pública. Os investimentos são pífios”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria do **Correio Braziliense** passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SEGURANÇA PÚBLICA

Apesar da crise e dos ataques do PCC, governo federal mantém política de contingenciamento dos recursos para o combate ao crime organizado e à violência urbana. Investimentos somam 6% do total

Dinheiro a conta-gotas

GASTOS MINGUADO!

Até o dia 14 de agosto, o governo federal desembolsou apenas 6% dos R\$ 930,2 milhões previstos para investimentos na área este ano. Em relação aos

empenhos ainda não pagos 21% do valor está comprometido, embora ainda não se saiba quando dinheiro sairá, efetivamente do cofre. Quase R\$ 85 milhões de despesas de anos anteriores ainda não foram quitadas

Quase
R\$ 85 milhões
de despesas de anos
anteriores ainda não
foram quitadas

PALOMA OLIVEIRO
DA EQUIPE DO CORREIO

A quatro meses do final do ano, o governo federal desembolsou R\$ 63 milhões, cerca de 6% dos R\$ 930,2 milhões previstos para investimentos na segurança pública no orçamento de 2006. Em plena crise deflagrada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), nem o crédito extra de R\$ 200 milhões liberado por medida provisória ajudou a alavancar a execução das cinco unidades orçamentárias que, juntas, representam 97,3% da verba autorizada do Ministério da Justiça.

Levantamento da ONG Contas Abertas com dados do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) mostra que, até ontem, a programação de investimentos do Fundo para Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (Funapol), do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), além dos orçamentos dos departamentos de Polícia Federal e Rodoviária Federal, chegaram até agora a R\$ 199,2 milhões. Em 2001, o volume de investimento dessas unidades chegava a R\$ 1,1 bilhão.

Na linguagem orçamentária, investimento significa obra. E o dinheiro destinado, por exemplo, para a construção e reforma de presídios, compra de equipamentos como armas, detectores de metal e viaturas policiais. Nesse grupo, excluem-se os gastos com pagamento de pessoal e custos administrativos — contas de água, luz, papel e outras despesas de custeio. Os dados do Siafi revelam que, até agora, apenas 21% do valor previsto foi empenhado. Isso significa que ao preparar o empenho o governo mostra que está se comprometendo a gastar em um determinado projeto. Mas só irá fazer o pagamento quando o calendário da equipe econômica permitir.

Quando o dinheiro sai, é preciso gastá-lo. “Nessas condições, piora a qualidade do gasto, que já é muito ruim. Corre-se o risco de fazer uma licitação menos cuidadosa, contratar o fornecedor que não é o mais indicado, acelerar a execução de uma obra em detrimento da qualidade”, alerta o economista Roberto Piscitelli, professor da Universidade de Brasília (UnB).

Execução

Das cinco unidades que compõem o orçamento da segurança pública, o melhor desempenho na execução é do Fundo para Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (Funapol). Este fundo é ad-

ministrado pela Polícia Federal, órgão que é tido como a “menina dos olhos” do ministro Márcio Thomaz Bastos. Do Funapol, foram gastos R\$ 6,2 milhões do total de R\$ 143 milhões autorizados para investimentos. Isso representa 4,3% do total desembolsado. Ainda

assim, o Funapol lidera o ranking das unidades orçamentárias com melhor execução voltadas para a área de segurança pública.

Depois vem o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que desembolsou até o momento 2,4% dos R\$ 405 milhões destinados a investimentos. Motivo de bate-boca e constrangimentos entre o Ministério da Justiça e a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) pagou, até ontem, R\$ 47,2 milhões dos R\$ 323 milhões autorizados. Só o governo

paulista abocanhou R\$ 44,7 milhões deste valor, usados para compra de equipamentos de segurança para penitenciárias. A verba foi liberada na sexta-feira.

Por meio da assessoria de imprensa, o ministro da Justiça justifica a baixa execução, informando que, “historicamente, o empenho dos recursos disponíveis ocorre no segundo semestre”. O órgão também informa que os recursos de FNSP e do Funpen dependem de apresentação de projetos enviados pelos estados. E que, em relação aos investimentos diretos, o atraso é explicado pela demora na aprovação do Orçamento da União pelo Congresso Nacional, que só aconteceu no fim de maio.

O economista Gil Castello Branco, da ONG Contas Abertas, avalia que o governo poderia ter liberado recursos para a segurança pública por meio de medidas provisórias, como fez quando resolveu reformar parte das rodovias brasileiras, na chamada Operação “Tapa-buracos”. Ele lembra que foi assim que saiu o dinheiro que levou o astronauta brasileiro Marcos Pontes ao espaço. Para Castello Branco, não há como justificar o desempenho do governo em uma área tão sensível como a segurança pública. “Os investimentos são pífios.”

Consultor da Câmara, o economista Roberto Piscitelli critica a política econômica do governo, que impõe elevados índices de superávit primário — economia obtida para o pagamento de juros da dívida — perseguida pelos últimos governos às custas do investimento público. Ele diz que, refêns dos técnicos da Fazenda e do Planejamento, os ministros pouco podem fazer para conseguir liberar os recursos de um orçamento que considera fantasioso. “Na administração pública, adotam-se práticas orçamentárias e financeiras que deixam o gestor limitado. Há muito pouca preocupação com objetivos e metas”, opina.

Piscitelli aponta uma distorção orçamentária em relação ao contingenciamento de fundos, como o Funpen e o FNSP. “Por definição, os fundos são criados com uma determinada finalidade, e seus recursos só poderiam ser usados para esta finalidade. Jamais poderiam ser utilizados para fazer superávit primário”, ressalta. “Todos os governos contingenciam recursos da segurança pública. O dinheiro dessa área jamais poderia ser negociado”, alerta o especialista em segurança Inácio Cano.

QUEDA LIVRE

Os investimentos em segurança pública estão em queda livre desde 2001, quando o governo federal desembolsou R\$ 707 milhões em compra de equipamentos, construção de presídios, modernização de sistemas etc. Os valores estão atualizados pela inflação.

Unidade orçamentária	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	36.692.446,75	32.748.297,40	6.971.949,82	19.542.144,72	7.703.364,03	17.972.178,49
Departamento de Polícia Federal	1.473.372,57	419.706,67	1.987.293,84	11.918.588,76	58.161.649,20	9.058.350,62
Fundo Penitenciário Nacional	242.426.140,77	110.099.889,07	101.336.679,71	146.920.745,70	91.799.605,43	84.031.515,93
Fundo para Armamentamento da Polícia Federal	103.145.099,29	152.145.414,66	53.742.280,95	84.460.655,12	116.923.376,69	39.745.216,89
Fundo Nacional de Segurança Pública	324.147.309,69	208.106.951,00	134.341.892,14	270.200.993,44	200.634.086,07	48.478.185,52
Total	707.884.369,07	503.520.258,80	298.80.096,46	533.043.127,74	475.222.081,42	199.285.447,45

INVESTIMENTOS EM 2006*

O que foi investido em segurança pública nas cinco unidades relacionadas à área. Na linguagem orçamentária, investimento são os gastos com obras, instalações, etc. Este grupo inclui o que foi destinado, comprometido e pago com, por exemplo, construção de presídios e compra de armamentos e viaturas.

Unidade orçamentária	Dotação autorizada	Empenhos	Valores pagos	Restos a pagar não pagos
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	48.500.000,00	8.452.986,63	90.933,61	8.837.332,79
Departamento de Polícia Federal	9.350.000,00	238.287,86	55.523,76	429.835,91
Fundo Penitenciário Nacional	323.190.252,00	117.049.612,90	47.206.406,81	53.378.710,74
Fundo para Armamentamento da Polícia Federal	143.088.240,00	10.427.188,60	6.233.480,55	13.624.906,24
Fundo Nacional de Segurança Pública	405.063.298,00	61.798.454,35	9.824.859,12	8.494.560,91
Total	929.191.790,00	197.966.530,34	63.411.203,85	84.765.346,59

Fonte: Contas Abertas (<http://contasabertas.uol.com.br/>), a partir de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

Fundo penitenciário é alvo de críticas

Ex-secretário nacional de Segurança Pública no governo FHC, o coronel José Vicente da Silva diz que os recursos para a área deveriam ser de, no mínimo, R\$ 800 milhões anuais. Ele diz que os cálculos são do Banco Mundial. Além de criticar a dotação e a execução da segurança, Silva acusa os gestores de incompetência. "Gastam mal o pouco que têm", reclama. Segundo o especialista, há um descompasso entre o planejamento do Ministério da Justiça e o que, efetivamente, é feito. "No planejamento, que está disponível a qualquer um no site do ministério, falava-se da criação de 100 mil vagas no sistema peniten-

ciário, com dinheiro do Funpen. Em três anos, as vagas criadas não chegam a 10 mil", diz.

A liberação do dinheiro do Funpen foi motivo de dor de cabeça para o Ministério da Justiça, quando o governo de São Paulo começou a reclamar que os R\$ 100 milhões emergenciais, anunciados ao estado por medida provisória demoraram a sair. Na semana passada, depois que os projetos da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo foram apresentados, o ministério liberou R\$ 35,08 milhões para a construção de penitenciárias e depositou na conta do estado R\$ 44,7 milhões para a compra de equipamen-

tos de segurança e inteligência.

Além do financiamento de novos presídios, o Funpen investiu, em 2005 e 2006, com móveis e equipamentos de decoração. Levantamento do Contas Abertas verificou que em um processo lançado em 25 de outubro do ano passado, foram gastos R\$ 93.629,24 com aquisição de móveis. No lote, constam 36 poltronas, 20 cadeiras, três armários, um guarda-roupa, quatro camas, 63 colchões, uma geladeira, um forno microondas e um sofá que, sozinho, consumiu R\$ 2.836,00. Com instalação e gerenciamento de divisórias, lambris, armários, estantes, guichês, revestimentos acústicos, forros

diversos com pinturas, suportes para pastas suspensas, prateleiras, portas e fechaduras no âmbito do Ministério da Justiça, foram gastos R\$ 20.036,18. A compra de dois notebooks consumiu R\$ 12.460,00 do Funpen.

Segundo a assessoria do ministério, o dinheiro serviu para a aquisição do mobiliário permanente destinado à ala federal do Presídio Pascoal Ramos de Cuiabá (MT), que tem capacidade para 50 presos, e depois transferido para as penitenciárias federais de Campo Grande (MS) e Catanduvas (PR). Os computadores foram comprados para repor equipamentos antigos e defeituosos do próprio Depen. (PO)

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia da Prata (FONPLATA), Organismo Internacional Integrado pelos cinco países da Bacia do Rio da Prata - Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai - cuja missão é o desenvolvimento da região através do apoio técnico e financeiro aos projetos de desenvolvimento que contribuam à integração de seus países membros, seleciona cargo de categoria internacional para seu staff:

ADVOGADO

O CARGO: Responde diretamente ao encarregado da Área Jurídica e tem sob sua responsabilidade dar assistência em matéria legal, administrativa, política, normativa e operativa. Terá sob suas principais responsabilidades: estudar aspectos legais, elaborar projetos de resolução, brindar assistência legal a contratantes, órgãos diretores, apoiar na preparação de informes jurídicos e assistir na elaboração, negociação e firma de contratos de empréstimos.

OS POSTULANTES: Deverão ser advogados com título universitário, registro na Ordem dos Advogados do Brasil e experiência em Direito Administrativo e Internacional exercido em Organismo Internacional, Instituições Financeiras ou de Desenvolvimento. Se valorará os títulos de Mestrado ou de Doutorado, assim como o conhecimento da língua espanhola. Deverão contar com a idade máxima de 55 anos no momento de sua contratação.

APROPOSTA: Implica um contrato por cinco anos, que inclui um período de um ano de experiência. O lugar de trabalho será na Sede do Organismo em Santa Cruz da Sierra, Bolívia, com possibilidades de residir em outros países membros. Se oferece formar parte de um projeto de Desenvolvimento Regional com um salário competitivo e benefícios atrativos.

Os interessados nesta chamada, que reúnam os requisitos, deverão enviar curriculum vitae até o dia 31 de agosto à direção de e-mail hr4@deloitte.com.uy, fazendo menção à referência N° 2918.

Os postulantes pré-selecionados deverão apresentar os certificados correspondentes, que serão requeridos para comprovar seus méritos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Dia do Maçom

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com enorme satisfação que, mais uma vez, venho à tribuna para celebrar a Maçonaria Brasileira. Antes de prosseguir, no entanto, gostaria de parabenizar os nobres Colegas que, capitaneados pelo Senador Mozarildo sessão especial para comemorar o transcurso do Dia do Maçom, em 20 de agosto.

Apesar da importância da Instituição Maçônica ao longo da História Brasileira, Cavalcanti, requereram para não dizer mundial, existe, lamentavelmente, um grande desconhecimento sobre o que vem a ser a Maçonaria. Para grande parte da população, seria apenas um grupo de amigos a seguir rituais secretos, ou, pior ainda, pessoas tramando conspirações de toda espécie. Nada disso, evidentemente, é verdade.

A Maçonaria, de fato, é algo completamente diferente. E para descobrir o que ela é, vale a pena examinar o sentido da palavra.

O termo Maçonaria significa, literalmente, “construção realizada por um pedreiro num canteiro de obras” e tem origem no vocábulo francês *maçonnerie* e no inglês *masonry*.

Mais do que um vínculo a uma determinada categoria profissional, a maçonaria implica uma ligação profunda com um projeto de melhoria do mundo. Tanto é assim que as origens da moderna Maçonaria remontam ao início do século XVIII, quando quatro Lojas Maçônicas se reuniram em Londres e formaram a Grande Loja daquela cidade inglesa.

O ideal maçônico, consolidado naquele momento, rapidamente se difundiu por outras partes do mundo. Em 1728, foi fundada a primeira Loja na Europa continental, em Paris. Pouco depois, sabia-se da existência de lojas nas então colônias americanas e em outras partes da Europa e da América.

Além disso, os princípios maçônicos de Igualdade, Liberdade e Fraternidade vieram a ser não apenas a base das Revoluções Americana e Francesa. De fato, foram os fundamentos para a construção das principais instituições do mundo moderno, como a Democracia, os Direitos Universais do Homem, a Luta contra a Desigualdade e a Escravidão, a aceitação da Tolerância como valor a ser defendido.

Não é por acaso que a Maçonaria foi perseguida, durante toda a sua história por regimes autoritários e ditatoriais. Na Alemanha Nazista, estima-se que entre 80 mil e 200 mil maçons foram mortos em campos de concentração.

Durante o domínio comunista sobre a Rússia e outros países da Europa Oriental, a Maçonaria foi posta na ilegalidade e mantida sob estreita vigilância, com um número incalculável de maçons tendo perecido sob aquelas ditaduras.

Da mesma forma, durante a longa ditadura de Saddam Hussein no Iraque, a Maçonaria foi perseguida, e ser maçom era considerado crime.

Em suma, onde há regime ditatorial, autoritário ou que cerceia a liberdade de expressão, a Maçonaria é vista com desconfiança, perseguida e, inclusive, exterminada.

Isso ocorre porque a Maçonaria constitui um porto seguro para a defesa da Fraternidade, da Liberdade e da Tolerância, valores estes tidos como fundamentais para o progresso humano.

No Brasil, da mesma forma, a maçonaria esteve sempre ligada ao progresso e ao desenvolvimento de nossa sociedade. Em nenhum momento a Instituição se furtou de enfrentar os grandes problemas nacionais. Esteve presente, por exemplo, na Inconfidência Mineira, na Independência Nacional e na Proclamação da República.

No momento atual, está preocupada com a nossa querida região amazônica. O Grande Oriente do Brasil vem promovendo discussões sobre o tema “Amazônia, Soberania Nacional”, que resultarão em Congresso a ser realizado na cidade de Goiânia, no mês de novembro próximo.

O assunto é crucial para o futuro de nossa Nação. Pensar e defender a Amazônia é imprescindível para a nossa existência enquanto Estado livre e independente. Omitir-se no trato desta questão é permitir que outros se apoplesem daquilo que foi conquistado a tão duras penas, com o sacrifício de milhares de brasileiros ao longo de séculos.

Em meu Estado do Pará, há questões prementes a serem resolvidas, especialmente aquelas relacionadas à violência no campo, ao desmatamento desordenado e às invasões de terras promovidas por grupos supostamente sem-terra. Além disso, há uma quantidade impressionante de organizações não-governamentais que se empenham em enfraquecer a soberania nacional ao divulgar idéias que batem, de frente, com os ideais da Pátria brasileira.

Sob o manto de uma pseudo benevolência, na verdade essas organizações constituem agentes estrangeiros mal-disfarçados que visam, sobretudo, a minar e a desmoralizar o Brasil perante os olhos das outras nações do mundo.

Essas são questões postas, atualmente, sob o exame da Maçonaria, única entidade que, ao longo de toda nossa História, esteve ao lado do povo brasi-

leiro e desta nação abençoada pelo Grande Arquiteto do Universo.

Tenho certeza de que, mais uma vez, seremos capazes, com o auxílio da Maçonaria, de fazermos frente aos desafios que enfrentaremos no futuro, em especial no diz respeito à região amazônica.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.


O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 16 horas e 16 minutos.*)

Agenda do Presidente do Senado Federal

**21/08/2006
segunda-feira**

19:00 - **Solenidade de Abertura do IV Congresso de Novas Tecnologias para a Construção Civil - SINDUSCON/AL.**
Palestra com tema: Pensar O Brasil, construir o Futuro
Centro Cultural e de Exposições de Maceió


Martha Cyra Maciel
Chefe de Gabinete
Presidência do Senado

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 1702 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 012706/06-0,

RESOLVE dispensar o servidor **SAMUEL PORTO DE SALES FILHO**, matrícula 31097, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria-Geral da Mesa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Secretaria de Ata, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 21 de Agosto de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1703 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012703/06-0,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA ELISABETH NUNES DE BARROS, matrícula 21316, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Ata, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 21 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1704 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012679/06-2,

RESOLVE dispensar o servidor ISTVAN VAJDA, matrícula 48670, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete Administrativo, Símbolo FC-7, da Advocacia do Senado Federal, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Secretaria Especial do Interlegis, a partir de 17 de agosto de 2006.

Senado Federal, 21 de Agosto de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1705 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012702/06-4,

RESOLVE dispensar o servidor **ALEXANDRE SOARES DE CARVALHO**, matrícula 30834, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Redação da Ordem do Dia da Subsecretaria de Ata, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Redação do Expediente da Subsecretaria de Redação do Expediente do Senado, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 21 de Agosto de 2006




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1706 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012701/06-8,

RESOLVE dispensar a servidora **ZIZELMA RIBEIRO BOSCO**, matrícula 51801, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Redação do Expediente da Subsecretaria de Ata, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Conferência e Revisão do Expediente da Subsecretaria de Redação do Expediente do Senado, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 21 de Agosto de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1707 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012700/06-1,

RESOLVE designar o servidor SAULO NOBREGA ROSAS, matrícula 30986, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Redação da Ordem do Dia da Subsecretaria de Redação da Ordem do Dia do Senado, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 21 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1708 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012707/06-6,

RESOLVE designar a servidora MARIA JOSÉ DOS SANTOS, matrícula 44006, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Secretaria de Ata, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 21 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1709 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012704/06-7,

RESOLVE designar o servidor **EDUARDO FERREIRA GOMES**, matrícula 11372, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Secretaria de Ata, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 21 de Agosto de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1710 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **012688/06-1**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **ANNA CHRISTINA DE PASSOS FRAGOSO**, matrícula n.º 163755, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Alberto Silva.

Senado Federal, em 21 de Agosto de 2006



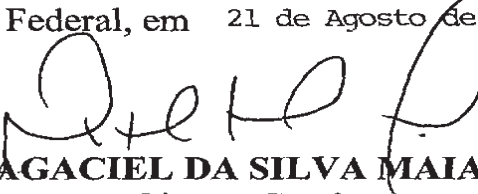
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1711 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012688/06-1**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **AURÉLIO DE PASSOS**, matrícula n.º 171582, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Alberto Silva.

Senado Federal, em 21 de Agosto de 2006



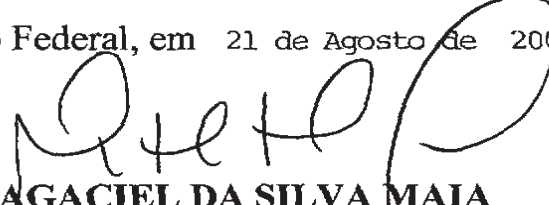
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1712 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012715/06-9**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **BRUNO AIR MACHADO DA SILVA**, matrícula n.º 182981, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Jonas Pinheiro.

Senado Federal, em 21 de Agosto de 2006



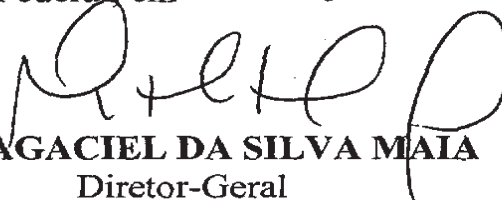
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1713 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012668/06-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JURANDIR BATISTA RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres.

Senado Federal, em 21 de Agosto de 2006



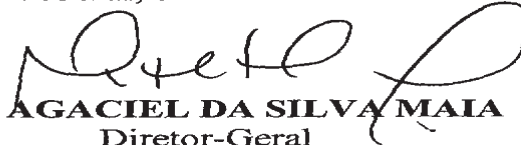
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1714 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012649/06-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LENILDA FERNANDES MAIA TEIXEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 21 de Agosto de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães ** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias * BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza * PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney **	Paraíba PMDB – Ney Suassuna * PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão **	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João ** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa **	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque ** PFL – Paulo Octávio **
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro ** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen * BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan **	Amapá PMDB – José Sarney * PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres ** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros * PFL – Jonas Pinheiro ** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko** -----	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves * PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) ⁴		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
(Vago) ⁶			1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ²⁻⁵	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) ²⁻⁷		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 17.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES), licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁵ O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado do cargo durante o período de 25.7.2006 a 14.11.2006.

⁶ O Senador Ney Suassuna renunciou à titularidade do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de acordo com o Of. GLPMDB nº 307-B/2006, lido na Sessão de 15.8.2006.

⁷ A Senadora Serys Slhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias,
com 580 páginas. Traz a biografia do Senador
da República Clodomir Cardoso, seu perfil
parlamentar, resumo de suas atividades
públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS